

LEI Nº 1.932/2002, 04 DE SETEMBRO DE**2.002.**

INSTITUI DIRETRIZES PARA AS METAS E AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AS DESPESAS DE CAPITAL, ORIENTANDO A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DISPONDO SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o Artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, aprovou de autoria do Executivo, e,

O Senhor Prefeito Municipal, **Engº JAIME LUIZ MURARO** sanciona a seguinte Lei;

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei, de acordo com o disposto no § 2º do Artigo 165, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Nº 101/00 – LRGF – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal:

I – Estatui normas gerais de diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município, compreendendo as metas, as prioridades e as despesas de capital da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2003;

II – Dispõe sobre:

- a) Alteração na Legislação Tributária;
- b) Equilíbrio entre Receitas e Despesas;
- c) Critério e Forma de Limitação de empenho, nos casos de:
 - c.1- Verificação, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o Cumprimento das Metas de Resultado Primário ou Nominal Estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;
 - c.2- Redução da dívida Consolidada aos Limites Estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- d) Normas Relativas ao Controle de Custos dos Programas Financeiros com Recursos dos Orçamentos;

- e) Normas Relativas à Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos;
- f) Condições e Exigências para transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas;
- g) Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência.

Art. 2º - A LOA – Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2003, deverá observar:

- I - A Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- II - As Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Município, bem como as suas Alterações;
- III - A organização e a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - A Execução Orçamentária e o Cumprimento de Metas;
Instituição, a Previsão e a Efetivação de Receita;
- V - A Renúncia de Receita;
- VI - A Geração de Despesas;
- VII - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - As Despesas com Pessoal;
- IX - O Controle da Despesa Total com Pessoal;
- X - As Despesas com a Seguridade Social;
- XI - As Transferências Voluntárias;
- XII - A Destinação dos Recursos Públicos ao Setor Privado;
- XIII - A Dívida e o Endividamento;
- XIV - Os Limites da Dívida Pública;
- XV - A Recondução da Dívida aos Limites;
- XVI - As Operações de Crédito – Contratação;
- XVII - As Operações de Crédito – Vedações;

XVIII - As Operações de Crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária;

XIX - As Disponibilidades de Caixa;

XX - A Preservação do Patrimônio Público;

XXI - A Transferência na Gestão Fiscal;

XXII - A Escrituração das Contas Públicas;

XXIII - As Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal;

XXIV - As Disposições Finais.

CAPÍTULO II DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos Princípios de legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atendendo para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua finalidade, que é o equilíbrio das contas públicas, deve estar voltado para:

§ 1º - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a:

I - Renúncia de Receita;

II - Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;

III - Dívidas Consolidada;

IV - Operação de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita – ARO;

V - Concessão de Garantia;

VI - Inscrição em Restos a Pagar.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO AS SUAS ALTERAÇÕES.

Art. 6º – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2003 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 7º – O Poder Legislativo terá como limite de outras despesas correntes e de capital em 2003 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2002, acrescido de 30% (trinta por cento).

Art. 8º – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – ações que não sejam de competência exclusiva do Município, comum à União, ao Estado, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente;

II – clubes, associações de servidores e Igrejas, ou quaisquer outras entidades congêneres, salvo com autorização Legislativa; e

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

§ 1º Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores da Administração, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação.

Art. 10 - A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias contém: o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais.

Art. 11 - O Anexo de Metas Fiscais contém:

I -Metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, relativas:

- a) A Receitas;
- b) A Despesas;
- c) A Resultados Nominal e Primário;
- d) Ao Montante da Dívida Pública;

II- A avaliação de cumprimento das Metas relativas ao ano anterior;

III - Demonstrativo das Metas Anuais:

a) Instruído com Memória e Metodologia de Cálculo que Justifiquem os Resultados Pretendidos;
b) Comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores;
c) Evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional;

IV - A evolução do Patrimônio Líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de Ativos;

V - Demonstrativo da Estimativa e Compensação:

a) Da renúncia da receita;
b) Da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 12 - Anexo de riscos fiscais contém as avaliações capazes de afetar as Contas Públicas e as providências que serão tomadas, caso haja necessidade:

I - Dos Passivos Contingentes;

II - Dos outros riscos.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 13 – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão especificados com as denominadas de Propostas Parciais exclusivamente para detalhar a localização e quantificação física integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade das respectivas atividades, projetos e operações especiais e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e sub-função às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos (propostas parciais) com indicação de suas metas físicas.

Art. 14 - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo (propostas parciais) e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades, conforme especificado o artigo 27 e 28 da Lei 4320/64.

Art. 15 - A Lei Orçamentária Anual conterá:

I - O Orçamento Fiscal;

II - O Orçamento de Investimento;

III - O Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo Único – Orçamento Fiscal e o Orçamento de Investimento;

I - Deverão estar compatibilizado com o PPA – Plano Plurianual;

II - Terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, geográficos, renda e escolaridade.

Art. 16 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho:

I - À previsão da receita;

II - À fixação da despesa.

Parágrafo Único – Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Art. 17 - O projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA – Plano Plurianual, com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 18 - O projeto de Lei Orçamentária Anual:

I - Conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os objetivos e metas constantes do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Será acompanhado:

a) Do demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

b) Das medidas de compensação a renúncia de receita;

c) Das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - Apresentará reserva de contingência;

IV - Mencionará as despesas relativas à dívida pública, contratual e as receitas que as atenderão;

V - Não consignará:

a) Crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;

b) Dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA – Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 19 – O refinanciamento da dívida constará, separadamente:

I - Na Lei Orçamentária Anual;

II - Nas Lei de Crédito Adicional.

Art. 20 – As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I - Sejam compatíveis com o PPA – Plano Plurianual e com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas os provenientes, de anulação de despesas devendo especificar a alteração na meta física correspondente, excluídas, as que incidam sobre:

a) Dotações, para pessoal e seus encargos;

b) Serviço da dívida;

I - Sejam relacionadas:

- a) Com a correção de erros ou omissões;
- b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 21 – Os recursos que, em decorrência de Veto, Emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante Créditos Especiais ou Suplementares, com prévia e específica autorização Legislativa.

Art. 22 – Estão Vedados:

I - O início de programas e projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II - A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais;

III - A realização de operações de créditos que excedam o montante de despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante Créditos Suplementares ou Especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - A vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos:

a) A que se referem os artigos 158 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil:

a.1 – Para destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino – FUNDEF;

a.2 – Para Prestação de garantias às operações de créditos por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária;

b) A que se referem os artigos 156 e 159, I, b, da Constituição da República Federativa do Brasil:

b.1 – Para prestação de garantia ou contragarantia à União;

b.2 – Para pagamento de débitos para com a União.

V - A abertura de Crédito Suplementar ou Especial sem prévia autorização Legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento, a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização Legislativa;

VII - A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - O remanejamento de recursos orçamentários vinculados para recursos ordinários.

IX - A utilização, sem autorização Legislativa específica, de Recursos dos Orçamentos Fiscais para suprir necessidade ou cobrir déficit:

a) do Poder Executivo:

a.1 – a Prefeitura;

a.2 – seus Fundos;

a.3 – seus Órgãos;

a.4 – suas Entidades da Administração Direta;

a.5 – suas Entidades da Administração Indireta;

a.6 – suas Fundações, desde que instituídas e mantidas pelo Poder Público;

b) do Poder Legislativo:

b.1 – a Câmara de Vereadores;

X – A Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização Legislativa, e que seja auto-suficiente em receitas.

Art. 23 – Os Créditos Especiais e Extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao Orçamento do Exercício Financeiro subsequente.

Art. 24 – A abertura de Crédito Extraordinário somente será admitida para atender a despesas Imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 25 – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinados aos órgãos da administração direta que atuam na área de saúde, previdência e assistência social, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 26 – O Orçamento da Seguridade Social contará com recursos provenientes:

I - Das transferências do Orçamento Fiscal;

II - Dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS;

III - De outras fontes.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS, serão empregados de acordo com o Plano de Aplicação previamente estabelecido.

Art. 27 – A Lei Orçamentária Anual e os seus anexos compreenderão:

I - O Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento e o Orçamento da Seguridade Social, discriminando a receita e despesa na forma definida por esta Lei;

II - A discriminação da Legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento e ao Orçamento da Seguridade Social; e,

III - As informações complementares.

Art. 28 – O Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento e o Orçamento da seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categorias econômicas indicando para cada uma a despesa a que se refere.

Art. 29 – As Informações Complementares serão compostas por demonstrativos contendo:

I - Evolução da receita do Tesouro Municipal segundo as categorias econômicas;

II - Evolução da despesa do Tesouro Municipal segundo as categorias econômicas;

III - Despesas do Orçamento Fiscal, do Orçamento de Investimento e do Orçamento da Seguridade Social segundo Poder e Órgãos, por categoria econômica e elemento de despesa;

IV - Resumo da receita do Orçamento Fiscal, do Orçamento de Investimento e do Orçamento da Seguridade social, isolada e, conjuntamente, por categorias econômicas e origem dos recursos;

V - Resumo da despesa do Orçamento Fiscal, do Orçamento de Investimento e do Orçamentos de Seguridade Social, isolada e, conjuntamente, por categoria econômica e elemento de despesa;

VI - Receita do Orçamento Fiscal, do Orçamento de Investimento e do Orçamento da Seguridade Social, isolada e, conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;

VII - Despesa do Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento e do Orçamento da Seguridade Social, segundo órgão e origem dos recursos e:

- a) Órgão;
- b) Função;
- c) Sub-função
- d) Programa;
- e) Projetos;
- f) Atividades.

VIII - Demonstrativo consolidado das despesas totais do órgão por programa segundo as categorias econômicas.

Art. 30 - A Lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará será constituída ainda:

I – Os recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

II - Os gastos, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento e transporte, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados para a sua regionalização;

III – O estoque da dívida pública, interna e externa, em 31 de dezembro de 2001 e em 30 de junho de 2002, e as previsões do estoque para 31 de dezembro de 2002 e 2003, especificando-se para cada uma delas;

IV – Memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT.

CAPÍTULO V

DO MONTANTE DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Art. 31 – A Reserva de Contingência será destinada ao atendimento:

- a) De passivo contingentes;
- b) De outros riscos fiscais imprevistos;
- c) De outros eventos fiscais imprevistos;
- d) Contrapartida de receitas de capital não previstas no orçamento.

Art. 32 – O Montante da Reserva de Contingência será de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida.

I - A forma de utilização da Reserva de Contingência será estabelecida, através de Decreto do Chefe do Executivo, no Programa Financeiro e no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

II - O Chefe do Poder Executivo poderá suplementar da receita de capital, proveniente de outras esferas de governo por excesso de arrecadação, através de autorização Legislativa.

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O DO CUMPRIMENTO DE METAS

Art. 33 – O Poder Executivo estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a Publicação dos Orçamentos, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 34 – Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objetivo de sua vinculação, ainda que em exercício, diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 35 – Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os Poderes Executivos e Legislativos promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

Art. 36 – Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 37 – Não serão objetivos de limitações as despesas:

I - De obrigações constitucionais e legais do ente;

II - Destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

Art. 38 – Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, conforme estabelecido, através de Decreto do Chefe do Executivo, no Calendário Anual de Audiência Pública, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas de cada quadrimestre, em Audiência Pública na Comissão Responsável da Câmara de Vereadores.

Art. 39 – A Execução Orçamentária e Financeira identificará, exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais.

Art. 40 – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da Execução Orçamentária.

Art. 41 – O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

CAPÍTULO VII DA INSTITUIÇÃO DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DE RECEITA

Art. 42 – A instituição, a previsão, a atualização e a efetiva arrecadação de tributos da competência constitucional do Município (ISSQN,

IPTU, ITBI - Taxas de Poder de Polícia, Taxas de serviços Públicos e Contribuição de Melhoria) são requisitos essenciais da Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Parágrafo Único – As receitas patrimoniais de bens imóveis, deverão ser reavaliadas a preço de mercado.

Art. 43 – A inobservância da Instituição, da previsão e da efetiva arrecadação de Imposto da competência constitucional do Município (ISSQN, IPTU, ITBI) é impeditiva para o recebimento de transferências voluntárias.

Art. 44 – As previsões de receita:

I - Observarão as normas técnicas e legais;

II - Considerarão os efeitos:

- a) Das alterações na Legislação;
- b) Da variação do índice de preços;
- c) Do crescimento econômico;
- d) De qualquer outro fator relevante.

III - Serão acompanhadas:

a) De demonstrativo:

- a.1 – de sua evolução nos últimos 03 (três) anos;
- a.2 – de sua projeção para os próximos 02 (dois) anos;

b) Da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 45 – A Câmara de Vereadores poderá reestimar a receita, nos casos de comprovação de:

I - Erro de ordem técnica ou legal;

II - Omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 46 – O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao montante das despesas de capital constantes do projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 47 – A Prefeitura disponibilizará para a Câmara de Vereadores e o Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas Propostas Orçamentárias, os estudos, as estimativas e as Memórias de Cálculo das Receitas para o exercício subsequente.

Art. 48 – A Prefeitura disponibilizará, para a Câmara de Vereadores e O Ministério Público, até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o desdobramento das Receitas para o exercício subsequente, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado:

I - Das medidas de combate:

- a) à evasão fiscal;
- b) à sonegação fiscal;

II - Da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa;

III - Da evolução do montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa.

Art. 49 – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de lei que esteja em tramitação no Poder Legislativo.

CAPÍTULO VIII DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 50 – A renúncia de receita compreende:

- I - A anistia;
- II - A remissão de Débitos cujo montante seja superior ao dos respectivos custos de cobrança;
- III - O subsídio;
- IV - O Crédito Presumido;
- V - Concessão de isenção em caráter não geral;
- VI - Diminuição de alíquota;
- VII - Redução da base de cálculo;
- VIII - Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, desde que não seja caracterizado tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, Títulos ou Direitos.

Art. 51 – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de Natureza Tributária que compreenda renúncia de Receita deverá:

- I - Estar acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro no Exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes;
- II - Atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstração de que a Renúncia foi considerada na Estimativa de Receita da Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as Metas de Resultados Fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de diretrizes Orçamentárias;

b) estar acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes, por meio do aumento de Receita, proveniente:

b.1 – da elevação de alíquota;

b.2 – da ampliação da Base de C culo;

b.3 – da criação de Tributo.

Art. 52 – A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver acompanhada de medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, s  entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

Art. 53 – A lei que concede ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 54 – O recolhimento de tributos e contribuições cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00 (dez reais), este valor deverá ser adicionado ao Tributo/Contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes até que o total seja igual ou superior ao valor acima referido.

Art. 55 – Os aposentados e pensionistas com renda mensal inferior a 03 (três) salários mínimos serão isentos do I.P.T.U. do imóvel de sua propriedade onde residem, não se estendendo este benefício a outros imóveis que o mesmo possua.

CAPÍTULO IX DA GERAÇÃO DE DESPESA

Art. 56 – A Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental – Projetos – que Acarrete Aumento da Despesa Relevante será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cáculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem:

a) - adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual;

b) - compatibilidade com o Plano Plurianual;

c) - compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 57 – as despesas de aperfeiçoamento de ação governamental – PROJETOS – ficam classificadas em 02 (dois) grupos:

- I - Grupo das Despesas Relevantes;
- II - Grupo das Despesas Irrelevantes.

Art. 58 – As despesas relevantes são aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação.

Parágrafo Único – ocorrendo a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa relevante, será necessário apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas e a declaração do ordenador da despesa.

Art. 59 – As despesas irrelevantes são aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação para compras de materiais e outros serviços.

Parágrafo Único – ocorrendo a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa irrelevante, não será necessário apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pela premissas e metodologia de cálculo utilizadas e a declaração do ordenador da despesa.

Art. 60 – A despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, apresentará adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual se somadas todas as despesas da mesma espécie realizada e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

Art. 61 – A despesa apresentará compatibilidade com o Plano Plurianual, se estiver em conformidade com as suas diretrizes, os seus objetivos e as suas metas.

Art. 62 – A despesa apresentará compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, se estiver em conformidade com as suas prioridades e as suas metas.

Art. 63 – a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental – PROJETOS – que acarrete aumento na geração de despesa ou na assunção de obrigação, classificadas como relevantes, serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público quando não forem acompanhadas da:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deve entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem:

Orçamentária Anual;

- a) - adequação orçamentária e financeira com a Lei
- b) compatibilidade com o Plano Plurianual;
- c) - compatibilidade com a Lei Diretrizes Orçamentárias.

Art. 64 – o empenho e a licitação de serviço, de fornecimento de bens ou de execução de obras, bem como as desapropriações de imóveis urbanos, relacionados com a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental – PROJETOS – que acarrete aumento na geração de despesa ou na assunção de obrigações, classificadas como relevantes, serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivos ao patrimônio público quando forem realizadas sem a previa apresentação da:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e no 02 (dois) subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem:

Orçamentária Anual;

- a) - adequação orçamentária e financeira com a Lei
- b) - compatibilidade com o Plano Plurianual;
- c) - compatibilidade com a Lei de diretrizes

Orçamentárias.

Art. 65 – O subsídio para pavimentação de vias públicas deverá ser de até 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

Art. 66 - O auxílio funeral somente poderá ser prestado às famílias com renda familiar inferior a três salários mínimos, e não podendo o valor ultrapassar a R\$ 300,00 (trezentos reais) por funeral.

Art. 67 - As despesas com obras publica deverão ser contabilizados na referida rubrica conforme a propostas parciais constantes da lei do orçamento anual e registrada no patrimônio publica quando de seu conclusão.

Art. 68 - Todos os serviços prestados pelo município que apresentam receita própria, caso esta não for suficiente para cobrir seus custos mais investimentos, dever-se-á demonstrar o valor do subsídio recebido.

CAPÍTULO X DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 69 – Despesa obrigatória de caráter continuado é a despesa corrente – despesa de custeio ou transferência corrente – derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a 02 (dois) exercícios.

Art. 70 – A criação ou o aumento de despesas obrigatória de caráter continuado serão acompanhados de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;

II - demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

III - comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados primários e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – lei de diretrizes orçamentárias;

IV - medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

V - adequação orçamentária e financeira com a Lei do Orçamento Anual;

VI - compatibilidade com o Plano Plurianual;

VII - compatibilidade com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Art. 71 – A criação ou o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado não serão executados antes da implementação de:

I - comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias;

II - medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 72 – A prorrogação de qualquer despesa, por receber tratamento idêntico da despesa obrigatória de caráter continuado, será acompanhada de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva ser prorrogada e nos subseqüentes;

II - demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

III - comprovação de que a despesa prorrogada NÃO AFETARÁ as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela permanente de despesa;

- Orçamentária Anual;
- V - adequação orçamentária e financeira com a Lei
- VI - compatibilidade com o Plano Plurianual;
- Orçamentárias;
- VII - compatibilidade com a Lei de diretrizes

Art. 73 – A prorrogação de qualquer despesa, por receber tratamento idêntico da despesa obrigatória de caráter continuado, não será efetuada antes da implementação de:

I - comprovação de que a despesa prorrogada não afetará as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias:

II - medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 74 – A criação ou aumento de despesa destinada ao serviço da dívida pública – encargos e amortização:

I - não precisarão estar acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e poderão ser executadas independentemente de implementação de:

a) -comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) -medidas de compensação, nos período seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

I - deverão apresentar:

- Lei Orçamentária Anual;
- a) -adequação orçamentária e financeira com a LOA –
- b) -compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual;
- Orçamentárias.
- c) -compatibilidade com o LDO – Lei de Diretrizes

Art. 75 – A criação ou o aumento de despesa destinada ao reajustamento da remuneração de servidores públicos e do subsídio de agentes políticos:

I - precisarão estar acompanhados de:

a) -medidas de compensação. Nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanentemente de despesa;

II - deverão apresentar:

- Lei Orçamentária Anual;
- a) -adequação orçamentária e financeira com a LOA –
- b) -compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual;

Orçamentárias.

c) -compatibilidade com a LDO – Lei de Diretrizes

I - Observação os seguintes princípios:

a) -não poderão ser superior ao aumento real da receita corrente líquida;

b) -deverão eliminar gradativamente as diferenças de variação entre servidores com a mesma qualificação profissional.

c) estar compatível com a variação salarial nas empresas privadas do município para a mesma qualificação profissional.

Art. 76 – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a criação ou o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado e a prorrogação de qualquer despesa quando:

I) - não forem acompanhadas de:

a) -estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva ser criada, aumentada ou prorrogada e nos subseqüentes;

b) -demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

c) -comprovação de que a despesa prorrogada não afetará as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias;

d)-medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento de receita ou pela redução permanente de despesa;

e)-adequação orçamentária e financeira com a LOA – Lei Orçamentária Anual;

f)-compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual;

g) -compatibilidade com a LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias.

II - Quando for efetuada antes da implementação de:

a) -comprovação de que a despesa prorrogada não afetará as metas de resultados primário e nominal do anexo de metas fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) -medidas de compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

CAPÍTULO XI DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 77 – Os Poderes Executivo e Legislativo, publicarão, até 31 de agosto de 2002, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, bem como suas remunerações.

Art. 78 – Somente poderão ser admitidos servidores observando o disposto no art. 169 da Constituição se:

I -existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 74 desta Lei, considerados os cargos transformados, após 31 de agosto de 2002, em decorrência do processo de racionalização de planos de carreira, serão incorporados à tabela referida.

II -Houver vacância, após 31 de agosto de 2002, dos cargos ocupados constantes de referida tabela;

III – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 79 – Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 74 desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretarias Municipais de Administração e de Coordenação e Planejamento.

Art. 80 – A despesa total com pessoal é o somatório dos gastos do município relativos a:

- I) -mandatos eletivos;
- II) -cargos;
- III)-funções;
- IV) -empregados.
- V) -vencimento;
- VI) -vantagens fixas e variáveis;
- VII)-subsídios dos agentes políticos;
- VIII)-proventos da aposentadoria;
- IX)-pensões;
- X)-adicionais;
- XI)-gratificações;
- XII)-horas extras;
- XIII)-vantagens pessoais de qualquer natureza.
- XIV)os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo município às Entidades de Previdência;
- XV) -os ativos;
- XVI) -os inativos;
- XVII)-os pensionistas;
- XVIII)-os valores do contrato de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

Art. 81 – A despesa total com pessoal será apurada somando-se realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 82 – A despesa total com pessoal, no município, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60 (sessenta por cento) da RCL – receita corrente líquida.

Art. 83 – Na verificação do atendimento do limite 60% (sessenta por cento) da RCL – receita corrente líquida com a despesa total com pessoal, não serão computadas as despesas:

I -de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II -relativas a incentivos à demissão voluntária;

III -Decorrentes de decisão judicial, desde que da competência de período anterior ao da apuração;

IV -Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) -da arrecadação de contribuições dos segurados;

b)-da compensação financeira entre os diversos regimes de Previdência Social, para efeito de aposentadoria, tendo em vista a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;

c)-das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade;

d)-do produto da alienação de bens, direitos e ativos;

e)-e do seu superávit financeiro.

Art. 84 – A repartição do limite de 60% (sessenta por cento) da RCL – receita corrente líquida com a despesa total com pessoal, não poderá exceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Art. 85 – O subsídio dos vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, atentando para o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, observados os critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município e o seguinte limite máximo de 75 %(setenta e cinco por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais do Estado de Mato Grosso.

Art. 86 – O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das seguintes transferências, efetivamente realizado no exercício financeiro de 2002:

I - Do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos

pagos, a qualquer título, pelo Município, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem;

II - Do produto da arrecadação do imposto da União sobre a Propriedade Territorial Rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III -Do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no Município;

IV -Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ocorridas no município, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição da República Federativa do Brasil;

V -Do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados rateados pelo FPM – Fundo de Participação dos Municípios;

VI -Do produto da arrecadação do imposto da União sobre exportações de produtos industrializados, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 87 – A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

CAPÍTULO XII DO CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Art. 88 – O ato que provoque aumento da despesa com pessoal, será considerado nulo de pleno direito quando:

I - Não for acompanhado de:

a)-Estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;

b)-demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

II -Proporcionar vinculação ou equiparação a qualquer espécie remuneratória;

III -Os gastos líquidos – diferença entre gastos previdenciários e a contribuição dos segurados – com aposentados e pensionistas superam 12% (doze por cento) da RCL – Receita Corrente Líquida;

Art. 89 – O ato que provoque aumento da despesa com pessoal não será executado antes da implementação de:

I -Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II -Medidas de Compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 90 – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa total com pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre.

Art. 91 – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, são vedados ao poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso:

I)-concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial, de determinação legal ou contratual ou de revisão geral anual;

a) a revisão geral anual a que se refere o inciso I, acontecerá obrigatoriamente no mês de maio de cada ano, com base nos índices oficiais que medem a infração.

II)-criação de cargo, emprego ou função;

III)-alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV)-provimento de Cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição, decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V)-contratação de hora extra.

Art. 92 – Se a despesa total com pessoal exceder o limite estabelecido em Lei serão tomadas as seguintes providências:

I) - O percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestre seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outra, as seguintes providências:

a)- redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança – extinção de cargos e funções ou redução dos valores a eles atribuídos;

b)- exoneração dos servidores não-estáveis;

c)- redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária;

d)-exoneração dos servidores estáveis, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal;

II - O percentual excedente não sendo eliminado nos dois quadrimestre seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, enquanto perdurar o excesso, o município não poderá:

a)-receber transferências voluntárias;
 b)-obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
 c)-contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Parágrafo Único – O cargo objeto da redução será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de 04 (quatro) anos.

Art. 93 - O pessoal vinculado ao FUNDEF terá política salarial vinculada as limitações do mesmo, podendo ser dissociada dos demais órgãos municipais.

CAPÍTULO XIII DAS DESPESAS COM A SEGURIDADE SOCIAL

Art. 94 – A criação, a majoração ou a extensão de qualquer benefício ou serviço relativo à seguridade social, inclusive os destinados aos servidores públicos, ativos e inativos, e aos pensionistas – despesa obrigatória de caráter continuado – serão acompanhados de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro, instruída pelas – premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deve entrar em vigor e nos 02 (dois) subsequentes;

II - Demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

III - Comprovação de que a despesa criada, majorada ou estendida não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Medidas de compensação, nos 02 (dois) períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

V - Adequação orçamentária e financeira com a LOA – Lei Orçamentária Anual;

VI - Compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual;

VII - Compatibilidade com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 95 – A criação, a majoração ou a extensão de qualquer benefício ou serviço relativo à seguridade social, inclusive os destinados aos servidores públicos, ativos e inativos, e aos pensionistas – despesas obrigatórias de caráter continuado – não serão executados antes da implementação de:

I - Comprovação de que a despesa criada, majorada ou estendida não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II -Medidas de Compensação, nos 02 (dois) períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 96 – A criação, a majoração ou o extensão de qualquer benefício ou serviço relativo à seguridade social, inclusive os destinados aos servidores públicos, ativos e inativos, e aos pensionistas – despesa obrigatória de caráter continuado – serão considerados não autorizados, irregulares e lesivos ao patrimônio público:

I -quando não forem acompanhados de:

a)- estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, instruída pelas premissas e metodologia de cálculo utilizadas, no exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;

b)-demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio;

c)-comprovação de que a despesa criada, majorada ou estendida não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

d)-medidas de Compensação, nos 02 (dois) períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

e)-adequação Orçamentária e Financeira com a LOA – Lei Orçamentária Anual;

f)-compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual;

Orçamentárias;

g)-compatibilidade com a LDO – Lei de Diretrizes

II - quando forem efetuado antes da implementação de:

a)-comprovação de que a despesa criada, majorada ou estendida não afetará as metas de resultados primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b)-Medidas de Compensação, nos 02 (dois) períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

CAPÍTULO XIV DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 97 – Transferência voluntária é o recebimento de recursos corrente ou de capital de outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação Constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Art. 98 – A transferência voluntária poderá ser realizada, se forem obedecidas as seguintes exigências:

I –Existência de dotação específica;

II–Não utilização para pagamento de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista;

III-Comprovação, por parte do beneficiário de:

a) - que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) - cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) - observância dos limites das dívidas consolidada, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em resto a pagar e de despesa total com pessoal;

d) - Previsão orçamentária de contrapartida;

e) - Não utilização em finalidade diversa da pactuada.

Art. 99 – As sanções de suspensão de transferência voluntárias não aplicam aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Art. 100 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II -sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos último três anos, emitida no exercício de 2002 por três autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 101 – É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos ou com fins lucrativos desde que:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC;

II -cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III -voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de misericórdia;

IV - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas de saúde;

V -qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou

VI – as que sejam autorizadas por lei específica.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I -publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II -destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, e

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 102 – A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá:

I –será autorizada por Lei específica;

II - estar prevista:

a)-na LOA – Lei de Orçamento Anual;

a.1 – No FUNDAI – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Industrial para recursos destinados incentivos, subsídios, remição, isenção para agricultura, indústria, comércio e serviços, conforme determina a Lei Complementar nº 022 de 18/12/96, que institui o Código Tributário Municipal.

a.2 – No F.M.A.S. – Fundo Municipal Assistência Social para recursos destinados para subsídios, isenções para assistência e promoção social, conforme estipula o Código Tributário Municipal.

a)-em seus créditos adicionais.

III - Comprovação, por parte do beneficiário de:

a)-que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos, bem como balanço, balancete mensal, e cópia de ata do órgão que os aprovou.

b)-não utilização em finalidade diversa da pactuada.

Art. 103 – O FUNDAI, órgão de fomento, respeitado suas especificidades, observará na concessão de subsídios, as seguintes prioridades:

I - estímulo à criação de empregos e ampliação da oferta de produtos, mediante apoio à expansão e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

II – a promoção do desenvolvimento da infra-estrutura da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à capacidade científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do mercado e à geração de empregos.

Art. 104 - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

I – aos benefícios às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em cumprimento ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição;

II – à concessão de subvenções econômicas e subsídios.

Parágrafo Único - A inclusão de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata art. 203 da Constituição fica condicionada à informação do número de beneficiados nas respectivas metas.

Art. 105 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 106 – Na destinação de recursos compreende-se incluída a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Art. 107 - A doação ou cessão de imóveis do Patrimônio Municipal deverão obedecer ao artigo 185 e 186 da Constituição Estadual de 05/10/89.

CAPITULO XV DA DIVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

Art. 108 – A dívida pública consolidada ou fundada é o montante total apurado sem duplicidade:

em virtude de:

I - Das obrigações financeiras do município, assumidas

- a) Leis;
- b) contratos;
- c) convênios;
- d) tratados

II - De realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;

III - Das operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Parágrafo Único - Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Art. 109 – A operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de:

- I- Mútuo;
- II- Abertura de Crédito;
- III- Emissão e aceite de Título;
- IV- Aquisição financiada de Bens;
- V- Recebimento antecipado de valores proveniente da venda a termo de bens e serviços;
- VI- Arrendamento Mercantil;
- VII- Outras Operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Parágrafo Único – Equipara-se operações de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo Município.

Art. 110 – A concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida pelo Município ou entidade a ele vinculada, ou a entidade privada, através do Proger.

CAPÍTULO XVI DOS LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 111 – O limites para o montante da dívida consolidada ou fundada, as operações de crédito externo e interno e a concessão de

garantia pelo município em operações de crédito externo e interno, são os fixados, pelo Senado Federal, em percentual da RCL – Receita Corrente Líquida, para esfera os Municípios.

Art. 112 – A verificação do limite da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.

Art. 113 – Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

CAPÍTULO XVII DA RECONDUÇÃO DA DÍVIDA AOS LIMITES

Art. 114 – Caso a dívida consolidada ou fundada e a mobiliária, bem como as operações de crédito internas e externas, do Município ultrapasse os limites estabelecidos ao final de um quadrimestre, deverão ser a eles reconduzidas até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro quadrimestre.

Art. 115 – No período em que perdurar o excesso, o Município:

I- Estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária.

II- Deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Art. 116 – Vencidos os prazos concedidos para os retornos da dívida consolidada ou fundada e a mobiliária, bem como das operações de crédito internas e externas, aos limites estabelecidos, enquanto, ainda, perdurarem os excessos, o Município ficará, também, impedido de receber transferências da União ou do Estado.

Art. 117 – O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, se Tangará da Serra ultrapassou o limite estabelecido para a dívida consolidada ou fundada e mobiliária, bem como as operações de crédito internas e externas.

CAPÍTULO XVIII DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONTRATAÇÃO

Art. 118 – O ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito do Município.

Art. 119 – O Poder Executivo se interessar em realizar operações de crédito formalizará seu pleito:

- Técnicos e Jurídicos;
- I- Fundamentado em parecer de seus Órgãos
 - II- Demonstrando:
 - a) a relação custo-benefício;
 - b) o interesse econômico e social da operação;
 - c) o atendimento das seguintes condições:
 - c.1 – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da Lei Orçamentária, em créditos adicionais ou Lei específica;
 - c.2 – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária;
 - c.3 – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
 - c. 4 – Autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de Operações de Crédito Externo;
 - c.5 – realização de Operações de Créditos que não excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pela Câmara de Vereadores, por maioria absoluta;
 - c.6 – observância das demais restrições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 120 – O total dos recursos de Operações de Crédito não poderá exceder, no exercício financeiro, o montante das despesas de capital. Não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento ao contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do Município, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus tributário.

Art. 121 – O Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas internas e externas, garantindo o acesso público as informações, que incluirão:

- I- Encargos e condições de contratação;
- II- Saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada ou fundada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 122 – Os contratos de operações de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Art. 123 – A instituição financeira que contratar operação de crédito com o Município, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

Art. 124 – As operações de créditos realizadas sem observância às normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal serão considerada nulas.

§ 1º - As operações de créditos consideradas nulas serão canceladas.

§ 2º - As operações de créditos canceladas serão devolvidas.

§ 3º - As operações de créditos devolvidas alcançarão, tão somente, o principal, vedado o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 4º - Caso a devolução não seja efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício seguinte.

§ 5º - Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, o município não poderá:

- I- Receber transferências voluntárias;
- II- Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III- Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 125 – Quando o total dos recursos de operações de crédito exceder, no exercício financeiro, o montante das despesas de capital – excluídas as despesas de capital realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do Município, quando resultar na diminuição, direta ou indireta, do Ônus Tributário – será consignada reserva específica, no montante equivalente ao excesso, na LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício seguinte.

CAPÍTULO XIX DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – VEDAÇÕES

Art. 126 – A União e o estado não poderão realizar operação de crédito com o município – inclusive suas Entidades da Administração Indireta – Diretamente ou por intermédio de Fundo, Autarquia, Fundação ou Empresa Estatal dependente, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

Art. 127 – Instituição financeira da União e do Estado poderá realizar operação de crédito com o município – inclusive sua Entidades da Administração Indireta – desde que não se destinem a:

- I- Financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;
- II- Refinanciar dívidas não contraídas à própria instituição concedente.

Art. 128 – O Município não está impedido de comprar títulos da dívida pública da União como aplicação de suas disponibilidades.

Art. 129 – São equiparadas a operações de crédito estão vedados:

I- Captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;

II- Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital Social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma de Legislação;

III- Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a Empresas Estatais dependentes;

IV- Assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori e serviços.

CAPÍTULO XX DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ARO – ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Art. 130 – O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária do Município.

Art. 131 – O Município quando interessado em realizar operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária formalizará seu pleito:

I- Fundamentado em parecer de seus Órgãos Técnicos e Jurídicos;

II- Demonstrativo:

- a) a relação custo-benefício;
- b) o interesse econômico e social da operação;
- c) o atendimento das seguintes condições:
 - c.1 – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da Lei Orçamentária, em crédito adicionais ou Lei específica;

c.2 – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária;

c.3 – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

c.4 – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de Operações de crédito externo;

c.5 – realização de Operações de Crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentárias que não excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara de Vereadores, por maioria absoluta;

c.6 – observância das demais restrições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 132 – O Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas internas e externas, garantindo o acesso público às informações, que incluirão:

- I- encargos e condições de contratação;
- II- Saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada ou fundada e mobiliária, operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária e Concessão de Garantias.

Art. 133 – A instituição financeira que contratar operação de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária com o Município, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

Art. 134 – As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária realizadas sem observância às normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal serão consideradas nulas.

§ 1º - As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária consideradas nulas serão canceladas.

§ 2º - As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária canceladas serão devolvidas.

§ 3º - As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária devolvidas alcançarão, tão-somente, o principal, vedado o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 4º - Caso a devolução não seja efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício seguinte.

§ 5º - Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, o município não poderá:

- I- Receber transferência voluntárias;
- II- Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III- Contratar operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 135 – A união e o Estado não poderão realizar operação de Crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária com o Município, diretamente ou por intermédio de Fundo, Autarquia, Fundação ou Empresa Estatal dependente, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

Art. 136 – O Município interessado em realizar operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária deverá cumprir, ainda, as seguintes exigências:

I- Contrata-la, somente, a partir do décimo dia do início do exercício;

II- Liquidá-la, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.

Art. 137 – A operação de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à TBF – Taxa Básica Financeira ou à que vier a esta substituir.

Art. 138 – A operação de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária estará proibida:

I- Enquanto existir outra operação de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária de receita orçamentária não integralmente resgatada;

II- No último ano de mandato do Prefeito Municipal.

Art. 139 – As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, quando forem liquidadas, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do ano da contratação, não serão computadas nos recursos de operações de crédito, que não poderão exceder, no exercício financeiro, o montante das despesas de capital.

Art. 140 – As operações de crédito por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

Art. 141 – O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo de crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES DE CAIXA

Art. 142 – As disponibilidades de caixa serão depositadas em instituições financeiras oficiais e na Cooperativa de Crédito Rural do Oeste – CREDIOESTE com sede no Município.

CAPÍTULO XXII

DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 143 – A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público não poderá ser aplicada para o financiamento de despesa corrente.

Art. 144 – A LOA – Lei Orçamentária Anual e as Leis de Créditos Adicionais somente incluirão novos projetos após:

- I- Adequadamente atendidos os projetos em andamento;
- II- Contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 145 – A Prefeitura encaminhará à Câmara de Vereadores, juntamente com o projeto de LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, relatório sobre os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 146 – As desapropriações de imóveis urbanos, somente, poderão ser feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou prévio depósito judicial do valor da indenização.

Art. 147 – O ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem prévia e justa indenização em dinheiro ou prévio depósito judicial do valor da indenização será considerado nulo de pleno direito.

CAPÍTULO XXIII DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Art. 148 – os instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- I- São:
 - a) o PPA – Plano Plurianual;
 - b) a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - c) a LOA – Lei Orçamentária Anual;
 - d) as Prestações de Contas;
 - e) o Parecer prévio das prestações de contas;
 - f) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
 - g) o Relatório de Gestão Fiscal;
 - h) o relatório de metas físicas
 - i) as versões simplificadas:
 - i.1 – do PPA – Plano Plurianual;
 - i.2 – da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - i.3 – da LOA – Lei Orçamentária Anual;
 - i.4 – das prestações de contas;
 - i.5 – do parecer prévio das prestações de contas;

Orçamentária;

i.6 – do Relatório Resumido da Execução

i.7 – do Relatório de Gestão Fiscal.

i.8 – do Relatório de Metas Físicas

Art. 149 – A transparência da Gestão Fiscal será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiência pública, durante os processos de elaboração e de discussão do PPA – Plano Plurianual, da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 150 – As contas apresentadas pelo Prefeito ficarão disponível, durante todo o exercício, na Câmara de vereadores e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Art. 151 – Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

CAPÍTULO XXIV DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 152 – A LOA – Lei Orçamentária Anual de 2003 deverá estar compatibilizada com o Anexo de Prioridades e de Metas desta Lei, devendo priorizar, especialmente, as ações voltadas para:

- I- O desenvolvimento econômico;
- II- O desenvolvimento urbano;
- III- O desenvolvimento administrativo;
- IV- O desenvolvimento social.

Art. 153 – A Lei Municipal poderá fixar limites inferiores a aquele previstos na Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal para as dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 154 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações e das metas físicas propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos ao Prefeito, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações e das metas físicas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o poder Executivo encaminhará à Comissão mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o anexo III a lei 4.320 de 1964.

§ 7º - Quando a abertura de créditos adicionais implicar a alteração das metas constantes do demonstrativo referido, nesta Lei, este deverá ser objeto de atualização.

§ 8º - A Lei ou decreto de crédito adicional que não obedecer ao presente artigo e seus parágrafos é nulo.

Art. 155 – O Município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação se houver:

- I- Autorização da LOA – Lei Orçamentária Anual;
- II- Convênio, acordo, ajuste ou congênere;
- III- Comprovação, por parte do beneficiário, de:
 - a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
 - b) não utilização em finalidade diversa da pactuada.
 - c) Atender a todas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 156 – O Município fica autorizado a buscar, junto à União, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 157 – A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transferência da gestão fiscal.

Art. 158 – A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores e financiamento por intermédio das Instituições Financeiras Federais autorizadas pelo Legislativo.

Art. 159 – Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Câmara de Vereadores, decretado na forma da Constituição, enquanto perdurar a situação:

- I- Serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas:
 - a) para a recondução da dívida consolidada ou fundada ao limite exigido;
- II- Será dispensado da execução orçamentária e do cumprimento de metas:
 - a) o atingimento dos resultados nominal e primário estabelecido no anexo de metas fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - b) procedimento de limitação de empenho;

Art. 160 – No caso de crescimento real baixo ou negativo do PIB – Produto Interno Bruto Nacional, Regional ou Estadual, por período igual ou superior a 04 (quatro) trimestres, os prazos estabelecidos:

- I - Para a recondução da dívida consolidada ou fundada ao limite exigido, será de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 161 – O PIB – Produto Interno Bruto nacional, regional ou estadual apresentará crescimento real baixo quando a taxa de variação real acumulada for inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos 04 (quatro) últimos trimestres.

Art. 162 – A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração do PIB – Produto Interno Bruto nacional, regional ou estadual.

Art. 163 – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido, mesmo no caso de crescimento real baixo ou negativo do PIB – Produto Interno Bruto nacional, regional ou estadual, por período igual ou superior a 04 (quatro) trimestre, continuam sendo vedados ao poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso:

- I- Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial, de determinação legal ou contratual ou de revisão geral anual;
- II- Criação de cargo, emprego ou função;
- III- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV- Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de

aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V- Contratação de hora extra.

Art. 164 – Na ocorrência de mudanças drásticas na condução das políticas monetárias e cambiais, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo para a recondução da dívida consolidada ou fundada ao limite exigido, poderá ser ampliado para 04 (quatro) quadrimestres.

Art. 165 – A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e Órgãos, não poderá exceder, em percentual da RCL – Receita Corrente Líquida, a do exercício de 2000.

Art. 166 – O projeto de LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias será apreciado pela Câmara Municipal, no prazo estabelecido pela Lei Orgânica.

Art. 167 – O projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 168 – Na hipótese de o projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2002, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originariamente encaminhada a Câmara Municipal, sendo as dotações liberadas para movimentação na razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até sanção do Projeto de Lei.

Art. 169 – As despesas de publicidade da administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade.

§ 1º - As despesas com publicidade de cada Poder não excederá a 0,7% (zero ponto sete por cento) da respectiva dotação orçamentária.

§ 2º - Entende – se como publicidade, as ações relativas à divulgação do trabalho do Órgão.

§ 3º - As despesas referentes à publicação de licitações, portaria, atos, prestações de contas e congêneres, classificar-se-ão na atividade de funcionamento.

Art. 170 – O projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber as demais disposições legais.

Art. 171 – O chefe do Executivo, através de Decreto, baixará normas relativas:

- a) ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- b) à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Art. 172 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, 26º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Engº JAIME LUIZ MURARO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

JOSÉ DENYCIO PONTES AGOSTINHO
Secretário Mun. de Administração e Controle Interno

ANEXO I
METAS E PRIORIDADES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1 - ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO
METAS ANUAIS

Fundamentação Legal
§ 1º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

METAS ANUAIS	2003 - R\$	2004 - R\$	2005 - R\$
1 - Receitas	35.361.304	35.725.224	36.639.400
2 - Despesas	33.332.772	33.652.448	34.492.265
3 - Resultado Primário (1-2)	2.028.532	2.072.775	2.147.135
4 - Juros Nominais	260.467	286.514	315.165
5 - Resultado Nominal (3-4)	1.768.065	1.786.261	1.831.970
6 - Montante da Dívida Pública	4.750.857	4.404.857	4.024.257

2 - AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS
RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

Fundamentação Legal
Inciso I do § 2º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

Prejudicada, haja vista que o exercício financeiro de 2002 é o primeiro a Ter metas estabelecidas. Portanto, não há metas relativas ao ano anterior a serem avaliadas.

3 – DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS

Fundamentação Legal
Inciso II do § 2º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

3.1 – MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

METAS ANUAIS	2002→2003	2003→2004	2004→2005
Receita	Aumento : 5,0%	Aumento : 1,0%	Aumento : 2,6%
Despesas	Aumento : 8,9%	Aumento : 1,0%	Aumento : 2,5%
Resultado Nominal	Aumento : -1,0%	Aumento : 1,0%	Aumento : 2,6%
Resultado Primário	Aumento : 1,4%	Aumento : 2,2%	Aumento : 3,6%
Montante da Dívida Pública	Redução : 6,4%	Redução : 7,9%	Redução : 9,5%

3.2 – Comparação com as Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores.

Prejudicada, haja vista que o exercício financeiro de 2002 é o primeiro, a ter metas fixadas. Portanto, não há metas relativas aos três anteriores a serem comparados.

3.3 – Evidenciação da Consistência das Metas Anuais com as Premissas e os Objetivos da Política Econômica Nacional.

3.3.1 – Premissas e Objetivos da Política Econômica Nacional				
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	2002	2003	2004	2005
TI – Taxa de Inflação	6,0%	4,0%	3,0%	3,0%
CRP - Crescimento Real PIB	2,0%	4,0%	4,0%	4,5%
TJN – Taxa de Juros Nominal	18,5%	12,8%	11,2%	10,2%

3.3.2 – COMENTÁRIOS

As variáveis Macroeconômicas foram extraídas do sub-anexo “Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais” do anexo de Metas Fiscais da LDO de 2002 da União.

3.3.3 – EVIDÊNCIAÇÃO DA CONSISTÊNCIA

ELEMENTOS	2003→2004	2004→2005
TI + CRP	Aumento: 7.0 %	Aumento: 7.0 %
Receitas	Aumento: 1.0 %	Aumento: 2.5 %
Despesas	Aumento: 1.0 %	Aumento: 2.5 %
Resultado Nominal	Aumento: 1.0 %	Aumento : 2.6 %
Resultado Primário	Aumento: 2.2%	Aumento : 3.6 %
ELEMENTOS	2003→2004	2004→2005
TJN – CRP	Aumento: 16.84 %	Aumento: 15.25 %
Montante da Dívida Pública	Redução: 7.9 %	Redução: 9.5 %

4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fundamentação Legal
Inciso III do § 2º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

ANO
ATIVO REAL LÍQUIDO
A Preço de 30/04/2002
ÍNDICE

1998
13.632.696,85
19.682.688,10
100,0

1999
15.247.136,58
19.293.245,01
98,0

2000
13.917.886,62
15.546.657,92
84,1

2001
12.321.752,83
12.467.149,51
63,3

Corrigido pelo IGP-DI da F.G.V

4.1.1 - COMENTÁRIOS

O ano de 2000 apresentou redução de Patrimônio Líquido em função da assunção de dívidas junto ao INSS, dos Poderes Executivo e Legislativo, no valor de R\$ 4.326.307,45, proveniente do recálculo dos encargos sociais desde 1992.

4.2 – Destaque sobre a origem e aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Origem	1999 R\$	2000 R\$	2001 R\$
FAPEN	3.361.987,95		
Total	3.361.987,95		
Aplicação			
25 % educação	840.496,99		
24% pgto salário servidores	806.877,11		
25% pgto dívida flutuante	840.496,99		
25% Aquis. maq, veic., e equip. p/ SINFRA	840.496,99		
1% Aquis. Imóvel p/ Sindicato Servidores	33.619,88		
Total	3.361.987,95		

5 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Fundamentação Legal

Alínea “ä” do Inciso IV do § 2º do art. 4º, da Lei Complementar 101/00

Não há regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais.

6 – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E DA COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Fundamentação Legal

Inciso V do § 2º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

7.1 – IDENTIFICAÇÃO		
TRIBUTOS	TIPO	RESERVA LEGAL

ISSQN	INFISC	Art. 81 Lei Complementar Municipal 022/96; Lei 1530/99 art 12
ISSQN	BC	
IPTU	IF	Art. 23 Lei Complementar Municipal 022/96; Art 12 da Lei1530/99
IPTU	BC	
ITBI	IF	Art 12 da Lei 1530/99
TIP	IF	
TCLLP	IF	
TLE	INFISC	Art 12 da Lei 1530/99
TAP	IF	
TUAP	INFISC	Art. 12 da Lei 1530/99
TOAP	IF	
TE	IF	
INFISC	IF	
INFISC	BC	
LEGENDA		
DESCRIÇÃO		
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	
IPTU	Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano	
ITBI	Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	
TIP	Taxa de Iluminação Pública	
TCLLP	Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública	
TLE	Taxa de Licença de Estabelecimento	
TAP	Taxa de Autorização de Publicidade	
TUAP	Taxa de Uso de Área Pública	
TOAP	Taxa de Obras em Áreas Particulares	
TE	Taxa de Expediente	
INFISC	Incentivo Fiscal	
IF	Isenção Fiscal	
BC	Redução de Base e Cálculo	

7.2 – ESTIMATIVA		
VALOR R\$	TIPO	
80.000,00	IF	Isenção fiscal p/ idosos e carentes s/ IPTU e Taxas
50.000,00	INFISC	Incentivo fiscal s/ IPTU, ISSQN, Taxas p/ empresas.
130.000,00	R\$	TOTAL

7.3 – COMPENSAÇÃO	
VALOR R\$	MEDIDA LEGAL
80.000,00	A isenção fiscal de IPTU e taxas p/ idosos é realizada desde 1996
50.000,00	O incentivo fiscal s/ IPTU, ISSQN e Taxas p/ empresas somente serão concedidas após a comprovação do beneficiário de que a empresa aumentou os referidos tributos, havendo, portanto a compensação.
130.000,00	TOTAL

8 – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E DA COMPENSAÇÃO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO (DOCC)

Fundamentação Legal
Inciso V do § 2º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00

8.1 – ESTIMATIVA		
DOCC – 2002	DOCC – 2003	EXPANSÃO

24.258.543,00	24.533.763,00	275.220,00
---------------	---------------	------------

8.2 – COMPENSAÇÃO		
REC TRIB - 2002	REC TRIB – 2003	CRESCIMENTO
7.321.139,00	7.596.359,00	275.220,00

MÉDIDA LEGAL
Aumento de Receita Própria através do aumento da eficiência fiscal reduzindo a inadimplência e sonegação fiscal

9 – DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA ESTIMATIVA E DA COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA (RR) E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO (DOCC)		
RR – 2002	EXPANSÃO – DOCC – 2003	TOTAL
130.000,00	275.220,00	405.220,00
REC TRIB – 2002	REC TRIB – 2003	CRESCIMENTO
7.321.139,00	7.596.359,00	275.220,00

LEGENDA	DESCRIÇÃO
DOCC	Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo
REC-TRIB	Receita Tributária
RR	Renúncia de Receita
EXP	Expansão

ANEXO DE RISCO FISCAIS DA LDO	
1) AVALIAÇÕES CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS	
Fundamentação Legal § 3º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00	
1.1 – PASSIVOS CONTINGENTES	R\$ 150.000,00
1.1.1 – Precatórios Judiciais	R\$ 100.000,00
1.1.2 – Demanda Naturais =	R\$ 50.000,00
1.2 – Outros Riscos	R\$ 0
1.2.1 – Crescimento do Nível de Inadimplência Tributária	R\$ 0
1.2.2 – Aumento do Índice de Sonegação Fiscal	R\$ 0
2) PAST – PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS	R\$ 370.000,00
Fundamentação Legal § 3º do Artigo 4º, da Lei Complementar 101/00	
2.1 – PASSIVOS CONTINGENTES	R\$
2.1.1 – Precatórios Judiciais	R\$
2.1.1.1 – Redução das Desp. com Contratação de Mão-de-Obra Temp.	R\$
2.1.1.2 – Redução das Despesas com Terceirização de Serviços	R\$
2.1.2 – Demandas Naturais	R\$
2.1.2.1 – Redução das Despesas com Material de Consumo	R\$
2.1.2.2 – Redução das Desp. C/ Equipamentos e Material Permanente	R\$
2.2 – OUTROS RISCOS	R\$
2.2.1 – Redução do Nível de Inadimplência Tributária	R\$ 370.000,00
2.2.1.1 – Implantação da Operação Fiscal: “Em dia com o ISSQN”	R\$ 70.000,00
2.2.1.2 – Implantação da Operação Fiscal: “Em dia com o ITBI”	R\$ 0
2.2.1.3 – Implantação da Operação Fiscal: “Em dia com o IPTU”	R\$ 50.000,00
2.2.1.4 – Adoção do Projeto: “Atacando a Inadimplência s/ Taxas e outras receitas”	R\$ 20.000,00
2.2.2 – Redução do Índice de Sonegação Fiscal	R\$ 300.000,00
2.2.2.1 – Implantação da Operação Fiscal: “Resgatando o ISSQN”	R\$ 150.000,00
2.2.2.2 – Implantação da Operação Fiscal: “Resgatando o ITBI”	R\$
2.2.2.3 – Implantação da Operação Fiscal: “Avaliando o IPTU”	R\$ 100.000,00
2.2.2.4 – Adoção do Projeto: “Combatendo a Sonegação s/ Taxas e outras receitas”	R\$ 50.000,00

